

O Município e a Valorização das Atividades Locais

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

NÃO se pode considerar o Município só e exclusivamente uma comunidade; pode-se mesmo admitir, dentro do ponto de vista sociológico, como um conjunto de comunidades. Conforme o conceito de Mac Iver será, portanto, a comunidade ampla dentro da qual se situam outras comunidades menores. Umas de tipo urbano, tais as cidades, as vilas; outras de tipo rural, as fazendas, os engenhos, as propriedades rurais, participam, através de suas peculiaridades, como comunidades menores, dentro do Município, que é a comunidade maior.

Aliás, se bem considerarmos o que são as cidades e vilas do nosso interior, com exceção, é claro, de alguns centros mais progressistas, sobretudo em Estados de maior adiantamento econômico, não seria difícil observar que se apresentam muito menos urbanas que rurais; quase sempre, ou sempre, a vila ou povoado, ou mesmo a cidade, é antes um prolongamento do meio rural, do qual recebe influência, e em função do qual vive. Nas áreas de influência de usina de açúcar, de fábricas de tecidos, de outros estabelecimentos de grande vulto, é o que comumente se verifica.

Diante deste fato, mister se faz considerarmos o papel das comunidades de origem econômica — o engenho, a fazenda de criação, a fazenda de café ou de cacau, o seringa, o sítio, a estância, os ervais — como verdadeiros focos ou núcleos da formação brasileira; deles quase sempre é que nasceu o Município. Seus proprietários, sobretudo senhores de engenho, fazendeiros ou estancieiros, nos tempos coloniais e em grande parte do Império — aí também os grandes fazendeiros de café — constituíram, não apenas os donos das terras e dos escravos, mas igualmente das Câmaras Municipais, o que quer dizer do poder político.

A influência da propriedade particular na constituição da vida política do Município foi grande; e em parte continua sendo. É evidente, pois, que deve a administração municipal olhar mais diretamente para os grupos sociais que vivem nessas áreas econômicas ou nessas comunidades, de base rural, estimulando-lhes as atividades precípuas e valorizando o respectivo elemento humano.

Creio que neste sentido é que, particularmente, se deve dirigir a ação do futuro Serviço Social Rural. A valorização do homem brasileiro,

do homem rural principalmente, constitui fundamento para que o Brasil possa continuar como nacionalidade. As preocupações dirigentes se têm encaminhado, geralmente, em nosso país, para os planos de obras, para as grandes construções, para os trabalhos propriamente técnicos, esquecendo o elemento primordial de toda verdadeira atividade, que é o homem.

O MUNICÍPIO E A VIDA LOCAL

O organização da vida dos Municípios, quer social, quer economicamente, depende, em grande escala, do que possa o Município, por sua administração, participar dos meios que estimulem as atividades próprias das populações rurícolas, incentivando-as através de providências que revitalize a produção e que desenvolvam os negócios, que fomentam as relações sociais em associações, em diversões sadias, em exibição dos motivos folclóricos da região.

Tais providências se ligam diretamente, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista cultural, para que a população se possa sentir integrada em seu meio. Talvez se considere um pouco de paixão de estudioso de folclore ("o uso do cachimbo faz a bôca torta") ver a importância que, para o homem rural, tem a valorização de sua cultura de "folk". Isto lhe dá um melhor sentido de seu valor, e sobretudo uma compreensão de seu papel na vida social.

É certo que se tornará fundamental, nessa participação do Município para a valorização do homem rural, o que possa ele fazer para elevar a capacidade econômica da coletividade municipal, criando assim melhores condições para o desenvolvimento das atividades locais. Neste ponto repousa, em grande parte, o êxito que possa ter uma política municipal visando à melhoria do homem de sua região. Esta melhoria, obtida a elevação da capacidade econômica, refletirá nos aspectos mais imediatos da atividade rurícola, isto é, os problemas de educação, de saúde, de assistência social, de relações econômicas.

PAPEL DA ESCOLA REGIONAL

Uma das bases essenciais, para um plano neste sentido, é sem dúvida criar ou estimular a criação de escolas do tipo chamado regional, ou seja, a escola de acordo com as atividades da re-

gião. Constitui este um dos fatores mais importantes para a fixação do homem ao seu meio; ela formará o amor do cidadão ao ambiente em que vive, 1) porque lhe dá melhor conhecimento dos recursos naturais e das peculiaridades culturais que o cercam; e 2) porque já o está encaminhando para o exercício de uma ocupação dentro das atividades reclamadas pelo meio. É o que Dewey chamou de educação para a vida.

Num país como o nosso, de tão diversificadas condições culturais, e não só geográficas ou econômicas, constitui a escola regional a base para uma obra de reconstrução, partindo do verdadeiro aproveitamento do homem dentro de seu meio; e não o estimulando a sair, a abandonar o ambiente em que nasceu, e ao qual deve integrar-se, para, na realidade, tornar-se um elemento útil à coletividade regional e nacional. Pois não existirá vida nacional sem que se valorizem e respeitem as peculiaridades regionais, de cujo conjunto unido, na diversidade de seus aspectos, surge o todo nacional.

Desde que se facilite ao homem do campo uma escola em que aprenda não só o alfabeto e as contas, como também as condições, os recursos, os meios de explorar as possibilidades de seu "habitat", conhecendo-o e compreendendo-o, pois, ele estará habilitado a criar amor ao ambiente em que nasceu, nele fixando-se.

A escola regional é, portanto, uma escola flexível, isto é, não rígida na sua disciplinação de matérias; flexível, justamente, no sentido de atender às peculiaridades que o meio possui. É evidente que não pode haver uma verdadeira compreensão geográfica, por exemplo, do homem que, em pleno sertão, estuda os aspectos geográficos do continente europeu ou asiático, conhecendo-lhe as cidades, os golfos, os rios, sem partir, entretanto, da realidade que o cerca, nas condições fisiográficas do seu meio.

De modo que, na escola regional, o ensino deve adaptar-se ao meio. Em regiões açucareiras, ensinar os fundamentos agrários da cultura da cana de açúcar, as exigências do plantio, os trabalhos do engenho ou da usina; numa área de cultivo de algodão, guiar o homem para as atividades decorrentes do plantio dessa malvácea; nas áreas marítimas ou fluviais de pesca, orientar o ensino para as práticas da pescaria, o uso dos instrumentos de pesca, as espécies de peixe, etc. E assim por diante.

Tudo isso me leva a considerar que, na realidade, a escola deve ser municipal. Caberá à União traçar as diretrizes fundamentais do ensino, as normas gerais, cabendo a cada Município a execução do ensino, a responsabilidade da aplicação daqueles fundamentos ou normas ao respectivo meio. Só o ensino municipal poderá criar uma orientação sadia, a partir do próprio professorado, escolhido entre elementos da região, portador da capacidade de fixar-se, e não do desejo de ir para a cidade.

Dir-se-á, talvez, que os nossos Municípios, em sua maioria, não estão em condições de manter uma Escola Normal, em primeiro lugar pela ausência de professorado capaz. Está certo, mas solução se encontra. Seria bastante a descentralização das Escolas Normais, mantidas estas não só nas capitais, mas em Municípios do Interior. E mais: poderia o Município mandar fazer o curso de professor, na Escola Normal da Capital, pessoas que manifestassem pendores para o ensino.

A CULTURA DE "FOLK"

Por outro lado, dentro do Município, devemos considerar a existência de elementos que tendem à urbanização em prejuízo das condições próprias do meio rural. Há áreas urbanas, onde se fazem sentir as influências da civilização da metrópole, com traços transculturativos que perturbam ou desorganizam a cultura local; desprezam-se ou ridicularizam-se os traços da cultura de "folk", aqueles que são típicos ou característicos da população rural, até onde não chegou a sedução dos meios civilizados, com seu forte poder de atração.

O homem que sente preservados os elementos característicos de seu "folk", melhor se fixa ao seu ambiente. Daí a conveniência de evitar o escorchamento do folclore local, através de suas diversas manifestações típicas. Muito se vem ressentindo o folclore regional da influência dos motivos urbanos; o rádio, não o rádio sadio e construtivo, é o meio transmissor de músicas, de danças ou outros elementos desorganizadores da cultura de "folk".

Neste sentido, aliás, o I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros pronunciou-se muito acertadamente, quando incluiu, na sua Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais, o incentivo aos festejos populares, promovidos por grupos organizados ou que venham a organizar-se, para a realização em público e gratuitamente dos folguedos tradicionais do folclore regional, inclusive com a concessão de facilidades e a dispensa do pagamento de tributos, como uma das providências indispensáveis à fixação e estabilização da população em seu próprio ambiente.

Uma das coisas que mais tem perturbado a normalidade desses folguedos, isto é, sua preservação e sua manutenção, é a cobrança de tributos para a exibição dos grupos que realizam os festejos populares. Cobram-se taxas a pastoris, a cheganças, a fandangos, a bumba-meu-boi, ou boi-bumbá, ou boi-arua, a danças, pagodes, côcos, etc. Tais tributos, às vezes, tornam proibitivos os folguedos, pois estes vivem apenas de pequenos auxílios recebidos dos proprietários rurais ou dos "patrões", de amigos ou patrocinadores da exibição, quando não dos próprios participantes; e, entretanto, jamais cobram quaisquer preços para entrada ou apresentação. Mesmo porque são apresentados ao ar livre, em barcos ou pequenos tablados armados, sem nenhuma preocupação de lucro financeiro.

Lucro financeiro, na realidade, não têm. Ao contrário: as despesas saem geralmente do bolso dos próprios partícipes, que custeiam as custosas indumentárias, que nem sempre seivem de um ano para outro. Vejam-se as "escolas de samba", por exemplo; os vestuários de seus elementos são custeados por eles próprios, e não raro são caríssimos. O mesmo, no nordeste, com os reisados, os guerreiros, as cheganças.

A preservação desses motivos folclóricos correrá para o estímulo às fontes vitais de onde promanou a nossa formação; cumpre favorecê-los, estimulá-los, evitar seu desaparecimento. Devem eles constituir um motivo de orgulho, na sua originalidade brasileira, para conservação como a herança mais sadia e mais pura de nossos ancestrais.

ELEVAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA

O administrador municipal — e quando dizemos administrador nos referimos a prefeitos e vereadores — estimulará a atuação social de seus munícipes desde que lhes ofereça os meios pelos quais seja elevada a capacidade econômica do Município. Com essa elevação surgirá e se desenvolverá o ambiente social, incentivando-se, através do espírito associativo, os laços de relações entre os elementos integrantes da comunidade.

Isto é que constituirá, em linhas exatas, a participação do Município nas atividades econômicas, sociais e culturais de sua área regional. E contribuirá, pelo estímulo a tais forças construtoras, para que se organize a vida social e econômica da comunidade, ou das comunidades que o integram, em bases mais sólidas.

O problema de amparo ao homem do campo, através de providências algumas das quais aqui referidas, tem encontrado, é certo, a melhor acolhida em Congressos de Municípios, em diversos Estados. Compreendem prefeitos e vereadores de várias regiões do país a importância que há em preservar esse homem, criando-lhe os meios de elevação de seu nível de vida. E', pois, assunto que só pode ter a melhor ressonância para os administradores municipais.

Em nossos tempos cabe à administração municipal uma participação cada vez mais viva nas atividades econômicas, sociais e culturais da comunidade. Esta participação deve visar, inicialmente, à elevação da capacidade econômica do Município, através da criação de elementos que assegurem aos munícipes estabilidade social em seu próprio ambiente. Para esse fim, tornam-se indispensáveis, da parte do administrador municipal — e muitos já estão sentindo o problema, e o encaminhando — providências que contribuam, de um lado, para tornar atraente a vida local, e, de outro lado, para a fixação do homem ao meio rural.

Medidas que se destinem a fomentar as atividades econômicas, não só de desenvolvimento e aperfeiçoamento da agricultura, mas ainda de criação de indústrias, se podem apontar como ta-

refas urgentes. A atração de novos capitais, incentivando-os à sua aplicação no Município, não só no fomento de indústrias, como nas explorações agropecuárias, já existentes ou que venham a organizar-se, fará com que melhores e maiores recursos circulem na comunidade.

Outro caminho a ser seguido: o amparo à exploração rural como meio de desenvolvimento econômico, e não apenas como fonte de rendas públicas, facilitando-se a aquisição de terras, de materiais de construção, de sementes, etc., a fim de proporcionar ao homem motivos de estabilidade social.

Uma das bases para que esse incentivo se torne sólido é estimular ou, quando fôr possível, criar pelo regime de cooperação, organizações que visem a facilitar aos lavradores meios de financiamento de seus produtos, tais como armazéns gerais, silos, etc., bem como estimular a formação de cooperativas de produção e a criação de associações rurais com finalidades não somente econômicas como também de atuação social.

Cumprir não esquecer também o papel que, nessa obra de valorização econômica do homem brasileiro, pode caber ao artesanato. As atividades artesanais têm estado abandonadas, e entretanto constituem fonte de fixação do homem, além de basear, em condições mais sólidas, a riqueza local. De origem artesanal, iniciado nas atividades domésticas dos primeiros colonos estrangeiros, tanto alemães como italianos, é o florescimento industrial do Rio Grande do Sul; daí a variedade, a solidez, a estabilidade, observadas no crescimento normal das indústrias gaúchas.

Em outras regiões do país, não tem sido menor o papel do artesanato, embora sem o desenvolvimento ali alcançado. Aliás, a economia colonial encontrou nos trabalhos artesanais uma de suas melhores bases, sobretudo pela formação da atividade familiar, desenvolvendo-se de pai a filho, a netos. O quase súbito abandono a que foram relegados os princípios de organização artesanal, não interrompeu, entretanto, o papel por ele exercido, como base de riqueza mais distribuída e menos concentrada e como fonte de fixação do trabalho humano.

Basta dizer-se que, em tôrno de grandes atividades econômicas, como foi o caso dos engenhos de açúcar, se desenvolveram trabalhos artesanais. De natureza artesanal são ainda hoje diversas atividades, embora algumas delas em franco declínio pelo desamparo dado aos que nela se empregam: as rendas, os labirintos, os filés, tão famosos do Nordeste, doces, vinhos, licores, com aproveitamento de frutas regionais, objetos de cerâmica — pote, moringa, panelas, jarros — são, entre muitos outros, trabalhos de fundo artesanal, tão desprezados, é certo, mas importantes como meio de solidificar a estabilidade da família.

VILAS E POVOADOS, ÊSSES ESQUECIDOS

Creio que foi medida também muito acertada a inclusão, na Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais, de dispositivo referente à

valorização das vilas e sedes de subdistritos, quando os houver, e de povoados. A sugestão de criação e manutenção de serviços nesses núcleos, com a incumbência não só de fiscalizar a arrecadação municipal e auxiliar a arrecadação estadual, mas também de executar atividades sociais e culturais benéficas à população local, abre novos rumos a um melhor desenvolvimento dos pequenos centros humanos, não raro esquecidos e abandonados.

Distritos e povoados merecem ser considerados, porque ali vive grande parte da população municipal, trabalhando para o engrandecimento coletivo, mas nem sempre olhada com o necessário desvêlo. Atividades que poderiam caber aos serviços nas vilas e povoados são aquelas referentes ao fomento da cultura intelectual, como biblioteca, alto-falante, jornal, banda de música, teatro, etc.

Tais aspectos tornarão a vida, nesses pequenos centros, um foco de interesse através do qual se estimule a fixação do homem ao seu ambiente ecológico. Evidentemente, os veículos a serem utilizados não deverão fazer a propaganda dos grandes centros, das capitais, da metrópole, mas sim mostrar o valor daquele ambiente, as características humanas e sociais que êle apresenta.

Completará êsse programa de trabalho em benefício das populações interiores a criação de

facilidades à realização dos festejos populares, tão característicos de nossa gente, e através dos quais se fomenta o amor à terra e maior compreensão de sua importância humana.

São considerações tôdas estas que me vêm ocorrendo, ao examinar as condições de vida das nossas populações do interior, sobretudo as rurais. E' de crer que a próxima criação do Serviço Social Rural possa realizar uma obra de penetração que permita a valorização não só do homem, mas ainda dos elementos que o cercam, no meio rural. E' indispensável olhar-se o elemento humano como base fundamental para soerguimento de nossa economia, e para nossa continuidade histórica como nação.

O que se desfaz, no homem brasileiro, como preguiçoso ou incapaz, é menos fruto dêle próprio, do que as condições em que vive, ao quase abandono; das condições criadas pela sucção de forças maiores a tudo dêle tirar e nada a êle dar. Na realidade, o homem brasileiro, como escreveu certa vez mestre Roquete Pinto, não precisa ser substituído; precisa, sim, ser melhorado. Daí sua frase, frase de mestre, de conhecedor do Brasil e dos brasileiros, tão acertada em seus fundamentos: se os nossos antepassados são os nossos maiores, sejam os nossos descendentes os nossos melhores.